



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

PARECER JURÍDICO

AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 061 DE NOVEMBRO DE 2025

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO A FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO TEMPORAL DE GRANIZO OCORRIDO NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente projeto foi apresentado para análise Legislativa e visa conforme art.1 AUTORIZAR, Poder Executivo Municipal a conceder auxílio em forma de insumo agrícola, 10 (dez) sacas de ADUBO NPK 05/20/20 às famílias residentes no Município de Barra Funda que comprovadamente foram atingidas pelo temporal e chuva de granizo ocorrido no dia 03 de novembro de 2025.

Quanto à competência, não há qualquer óbice à proposta. Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, “Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.”

A respeito da iniciativa para a deflagração do processo legislativo, tem-se por adequada a iniciativa do Prefeito, o qual cabem as competências privativas do art. 8 A, incisos I, II, e III da Lei Orgânica Municipal e art. 55, incisos VI e XI.

**Art. 8-A** Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, sua auto organização administrativa: **(AC)** (caput e incisos de I a XI acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica n° 03 de 12.12.06)

**I** - Organizar-se administrativamente, observadas as legislações Federal e Estadual pertinentes;

**II** - Decretar suas leis, expedir decretos e atos administrativos relativos aos assuntos de seu particular interesse;

**III** - Disciplinar, através de leis, atos e medidas, assuntos de interesse local;

Portanto, foram respeitadas a iniciativa e a competência para a propositura do Projeto de Lei, uma vez que apresentado pelo Prefeito, responsável pela organização administrativa do Poder Executivo e, por legislar sobre assuntos de interesse local.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

Dito isto, destaca-se que a concessão de auxílio em forma de insumo agrícola às famílias residentes no Município de Barra Funda que comprovadamente foram atingidas pelo temporal e chuva de granizo ocorrido no dia 03 de novembro de 2025, especialmente, tendo em vista, a situação declarada de SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO, AFETADAS PELO EVENTO ADVERSO GRANIZO - COBRADE 1.3.2.1.3. conforme decreto Municipal Nº 1664 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025, fundamenta-se nos princípios da **função social da propriedade**, solidariedade e na legislação específica que permite a dispensa de licitação para ações emergenciais.

A doação (ou compra e distribuição) de insumos, como adubo, pelo poder público é legal e frequentemente necessária em situações de desastre. A decretação formal de estado de calamidade pública ou situação de emergência, amparada pela Lei nº 12.340/2010 e pelo Decreto nº 10.593/2020 (que regulamenta o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil), flexibiliza procedimentos administrativos.

Ainda, nesse sentido, a ação do poder público se baseia no princípio da supremacia do interesse público, na promoção da justiça social e no dever do Estado de proteger o meio ambiente e a dignidade humana, garantindo a segurança alimentar e a recuperação econômica dos afetados.

Em face ao exposto, O PARECER desta Assessoria Jurídica é FAVORÁVEL, estando o projeto apto a seguir seu trâmite legislativo.

Barra Funda, 11 de novembro de 2025.

---

Jaqueli da Silveira  
Assessora jurídica/OAB RS 86.539